

Lorena Alves Costa

**O papel da psicologia na promoção e garantia dos direitos humanos de
crianças e adolescentes periféricos: experiências de atuação na OSC ABC
do Glória**

Uberlândia

2025

Lorena Alves Costa

**O papel da psicologia na promoção e garantia dos direitos humanos de
crianças e adolescentes periféricos: experiências de atuação na OSC ABC
do Glória**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Psicologia da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito parcial
à obtenção do Título de Bacharel em
Psicologia.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Yara Magalhães
Santos

Uberlândia

2025

Lorena Alves Costa

**O papel da psicologia na promoção e garantia dos direitos humanos de
crianças e adolescentes periféricos: experiências de atuação na OSC ABC
do Glória**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de
Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para obtenção do título de bacharel em
Psicologia.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Yara Magalhães Santos

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 19 de Dezembro de 2025

Prof.^a Dra. Yara Magalhães dos Santos (Orientadora)

Prof. Dr. Daniel Gonçalves Cury (Examinador)

Prof.^a Dra. Cláudia Araújo da Cunha (Examinadora)

Dedico esse trabalho aos meus pais, cuja luta impulsiona a minha. A quem minha gratidão é imensurável e se faz eterna. Cujas correrias na vida me fizeram chegar aqui, sem pressa.

Aos que sonham, mas sonham em movimento. Aos que com a existência, insistem e resistem.

A todas que erguem a voz, tão alto, que paramos para ouvi-las.

À pequena “Loreninha”, tímida mas com atrevimento perspicaz. Corajosa, cheia de sonhos de liberdade e que ousou vivê-los um dia.

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, às forças divinas que me guiaram até aqui, sendo o alicerce de todas as minhas conquistas.

Agradeço àqueles que vieram antes de mim, minha ancestralidade, cuja luta e resistência abriram os caminhos para que aqui eu estivesse, os honrando e continuando a luta.

À minha primeira casa em forma de gente, minha mãe Lucilaine, por me mostrar diariamente que o amor é ação, é acreditar de maneira genuína. Sou o que sou porque você acreditou no que sou e venho sendo muito antes de mim mesma, com ternura e força.

Ao meu pai, Elias Luiz, com quem aprendi coisas que teoria alguma seria capaz de ensinar, pela sensibilidade nas palavras, por ser colo e pelos conselhos valiosos que me guiam pela vida como ela é.

Ao meu irmão, Artur, pela parceria e admiração mútua. Por acreditar e por me incentivar a ser livre com urgência, como os desejos do meu coração, corpo e alma sempre almejaram. Por ser, muitas vezes, afago em dias difíceis. Sem vocês, eu pouco seria.

Às minhas avós, Amélia e Vera, pelas incontáveis preces não ditas, mas desejadas com fervor. Pelo tempero carregado de amor, pelas histórias repletas de carinho e por tudo aquilo que posso ser e sou junto a vocês.

Agradeço também, a Yara Magalhães pela orientação sensível, cuidadosa e por permitir aquilombar-me através de sua escuta e auxílio diante das minhas inquietações e medos nesse processo.

A todos os educadores, professoras e professores que passaram pela minha trajetória de aprendizado até aqui, por acreditarem na minha história e na minha potência de ser, carregadas de humanidade. Por me ensinarem a escrever, para além das canetas, lápis e papéis, parte do meu caminho na vida.

Aos espaços que frequentei durante a graduação, e às pessoas que me confiaram suas angústias e alegrias, permitindo serem atravessadas pela minha escuta ainda prematura, minha eterna gratidão. Carrego comigo cada olhar, cada palavra, os não-ditos e assim vou me constituindo enquanto p(si)essoa.

Ao Futuro Pré-Vestibular Alternativo, cursinho popular que me apresentou o voluntariado e foi espaço das minhas primeiras lutas coletivas, pelos ensinamentos compartilhados e pela oportunidade de contribuir com outras vidas.

Em especial, às crianças, adolescentes e equipe da OSC ABC do Glória, por me permitirem afetar e ser afetada por nosso encontro generoso na vida. Por vislumbrares e construíres, no coletivo comigo, um caminho possível, potente e mais justo. Por me mostrares que a mudança se realiza no encontro cotidiano, com amor e muita coragem.

Aos meus amigos, por devolverem sempre, minha fé e esperança na vida. Por serem aconchego, por me permitirem errar, ser e estar em totalidade. Por serem um lembrete diário de que a vida é boa e bonita comigo, pois é assim que eu os enxergo.

Esse trabalho carrega o sonho de muitos, ou melhor, muitAs. In memoriam de Camila Nascimento e Yasmin Duarte, cuja partida dessa viagem foi feita cedo demais,

mas sentida com carinho sempre eterno. Me ensinaram sem nem perceber, a potência do cuidado, do afeto e da vontade de fazer dar certo. Isso também é por vocês!

À Fernanda e Tainá, mulheres que nutriram e nutrem o melhor de mim nesse caminho, que tornaram minha trajetória acadêmica mais doce e leve, ao passo que a força sempre esteve ao lado, com conversas longas, presença, escutas carinhosas e abraços apertados em dias difíceis.

Agradeço também, à Universidade Federal de Uberlândia, instituição que me possibilitou inúmeras oportunidades, abriu portas e me garantiu ensino público e de qualidade, me fazendo sempre lembrar o significado das ações afirmativas, sendo a reafirmação de que do ensino público, coisas extraordinárias podem ser feitas, conduzidas e vividas.

Sou como uma colcha de retalhos. Carrego um pedaço de cada um que atravessa meu caminho. A todos que contribuíram de maneira direta ou indireta para que eu chegasse até aqui. Essa conquista é nossa, porque ninguém sonha sozinho!

Sumário

1. INTRODUÇÃO	
2. METODOLOGIA	
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	
3.1 O racismo como um marcador social de exclusão	
3.2 Percepção dos profissionais sobre as dificuldades encontradas no ambiente de trabalho e seu impacto.....	
3.3 A postura ativa da OSC ABC do Glória no enfrentamento e combate a desigualdade	
3.4 A psicologia enquanto ato político e ferramenta de transformação social.....	
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

*“Não aceito mais as coisas que não posso mudar,
estou mudando as coisas que não posso aceitar.”*

- Angela Davis.

Resumo: Esta pesquisa qualitativa teve como objetivo analisar o papel da Psicologia na garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes do bairro Élisson Prieto (antigo assentamento do Glória), localizado na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na OSC ABC do Glória. Tal instituição pode ser considerada como um espaço de educação não formal, configurada como uma instituição de educação popular, na qual são oferecidas, a jovens entre 6 a 15 anos, oficinas dentro dos eixos temáticos de cultura, formação socioemocional, literatura e lazer, além de preparação para o mercado de trabalho com o programa “Juventude em foco”. Para responder a problemática, a pesquisa utilizou de recursos metodológicos por meio da realização de entrevistas com roteiro semiestruturado com os profissionais da equipe de Psicologia da OSC, e elementos da experiência de atuação institucional da própria pesquisadora que concernem a perspectiva de atuação dos profissionais de Psicologia em interlocução com o campo da educação popular. Assim, pretendeu-se investigar, mais especificamente, dados relevantes sobre o trabalho proposto pela equipe, a associação dessas propostas às demandas institucionais, a percepção dos profissionais sobre o trabalho desenvolvido e, por fim, as contribuições teórico-práticas da Psicologia na proteção e promoção dos direitos humanos. Esperou-se que os resultados da pesquisa contribuíssem para discussões sobre a formação dos profissionais da área e ressaltassem a importância de uma práxis comprometida social e politicamente com as demandas da educação popular e com o enfrentamento ativo das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação não formal; Educação Popular; Psicologia e Direitos Humanos.

Abstract: This qualitative research aimed to analyze the role of Psychology in guaranteeing the human rights of children and adolescents in the Élisson Prieto neighborhood (formerly the Glória settlement), located in the city of Uberlândia, Minas Gerais, at the ABC do Glória NGO. This institution can be considered a space for non-formal education, configured as a popular education institution, which offers workshops to young people aged 6 to 15 within the thematic areas of culture, socio-emotional development, literature, and leisure, as well as preparation for the job market with the "Youth in Focus" program. To address the research problem, the study employed methodological resources through semi-structured interviews with professionals from

the Psychology team of the NGO, and elements of the researcher's own institutional experience concerning the perspective of Psychology professionals in dialogue with the field of popular education. Thus, the aim was to investigate, more specifically, relevant data about the work proposed by the team, the association of these proposals with institutional demands, the professionals' perception of the work developed, and finally, the theoretical and practical contributions of Psychology to the protection and promotion of human rights. It was hoped that the research results would contribute to discussions about the training of professionals in the field and highlight the importance of a praxis committed socially and politically to the demands of popular education and to the active confrontation of social inequalities.

Keywords: Non-formal education; Popular education; Psychology and Human Rights.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O capitalismo e a Necropolítica

À luz das transformações sociais e históricas que ocorreram durante os séculos, desde o final da idade média, o capitalismo se configura como estrutura e se mantém até os dias atuais enquanto sistema econômico vigente. Levando em conta as concepções iniciais de Karl Marx (1818- 1883) sobre o capitalismo, os autores Teixeira e Souza (1985) salientam que, os trabalhadores expropriados de riqueza passam a ser donos apenas de sua força de trabalho e é desse modo que passam a possuir o direito à existência social. Logo, esse processo hierárquico das relações acaba determinando um “lugar” ao proprietário dos meios de produção, e assim, também aos proprietários da força de trabalho, os pertencentes a classe trabalhadora. Com isso, percebe-se que nessa hierarquia, o grupo dominante exerce poder sobre o grupo dominado, sendo então, responsáveis por considerar quem é ou não digno do direito à existência e à humanidade.

Em contrapartida, o pensador francês Michel Foucault (1999), afirma que as noções de poder não se configuram apenas por meio da exploração dos sujeitos, mas inclui que, o poder encontra-se sempre, inicialmente, em alguma forma de saber. Exercer o poder e se aproveitar de seus privilégios torna-se possível mediante conhecimentos que são negados à algum grupo, pois só haverá a condição de poder, caso haja sob quem exercê-lo. De acordo com os autores Furtado e Camilo (2016), práticas autoritárias de controle aos corpos e desejos das massas são utilizadas para legitimar a segregação. Além disso, concluem que por meio das instituições - essas de várias vertentes - as relações se constituem e atuam de maneira a extrair saberes produtores de subjetividade e lucro por meio dos sujeitos dominados.

Essas duas perspectivas teóricas convergem para explicar elementos da desigualdade social e econômica, a qual está sujeita a juventude periférica do nosso país. A vulnerabilidade social soma-se à exclusão institucional, levando grande parte dessa população às margens de direitos e oportunidades. Dessa maneira, nesses cenários encontramos instituições sem fins lucrativos, organizações que buscam como finalidade, proporcionar espaços de desenvolvimento cultural e social, além de possuírem uma postura de enfrentamento a essas desigualdades e exclusões impostas a sujeitos periféricos. Então, como bem pontua o autor Carvalho (2008), uma organização privada sem fins lucrativos pode ser definida como uma entidade que fornece serviços a fim de promover melhorias à sociedade, e é nesse cenário que insere-se a OSC¹ ABC do Glória,² objeto de análise do presente trabalho, que dialoga com o objetivo elucidado acima, e que tem como finalidade realizar um trabalho de transformação social que reforça a importância dos direitos humanos.

Logo, entende-se que a partir dos processos de dominação, historicamente as narrativas em torno dessa discussão ainda acontecem na intenção de continuar perpetuando diversas formas de exclusão. Segundo a autora Wanderley (2001), os tipos de segregação contemporâneos acontecem de maneiras diferentes que não as existentes em outros momentos da história. Portanto, as formas atuais de exclusão tendem a isolar e discriminar indivíduos que são considerados desnecessários e não produtivos, implicando uma lógica segundo a qual o valor do ser e pertencer está vinculado à capacidade de produção de riqueza.

Assim, pode-se compreender esse aspecto à luz do conceito de necropolítica³ de Mbembe (2018), em que o controle sobre os corpos e sobre a vida coletiva se manifesta também por meio da produtividade, e da própria possibilidade de existência dos sujeitos

¹ Organização da Sociedade Civil

² Nome da instituição que sediou a pesquisa deste trabalho, sua fundação e história será melhor explicada à frente, a partir da página 17.

³ O conceito de necropolítica desenvolvido pelo autor camaronês Achille Mbembe será explicitado nas páginas a seguir, após a contextualização de biopolítica.

dentro da ordem social, mantendo essa lógica como uma herança histórica dos períodos coloniais (Santos, 2019).

Desse modo, na obra de Foucault, *Em defesa da sociedade* (1976a) e novamente no primeiro volume de *História da sexualidade* (1976b), o autor comenta que a biopolítica:

Trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII juntamente com uma proporção de problemas econômicos e políticos (os quais não retorno agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (pp. 289-290).

Ou seja, segundo Furtado e Camilo (2016), o conceito de biopolítica pós-modernidade se define enquanto um modelo de poder adquirido pelo Estado ao longo da história que tem como objetivo o controle sobre a vida e os corpos dos indivíduos, massificando-os. Como termos indissociáveis, o biopoder caracteriza-se pelo impacto concreto dessas ações na vida desses sujeitos, e entende-se a partir desses a domesticação dos corpos de todas as maneiras, desapossando o sujeito de todas as suas forças possíveis, para assim, ampliá-las dentro do estipulado. O corpo desse indivíduo torna-se mais útil e controlado quanto mais “gentil” e conformista for (Furtado & Camilo, 2016).

À vista disso, inspirado em Foucault (1926-1984) e em suas concepções sobre poder e biopolítica, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) desenvolveu o termo *Necropolítica*⁴ - O filósofo conhecido por suas obras pós-coloniais e importante pensador político da atualidade, traz aspectos essenciais sobre a contemporaneidade, e também, faz-se um recorte fundamental sobre corpos racializados dentro desse sistema (Santos, 2019). Assim, o conceito de *necropolítica* refere-se a uma política de controle social que define

⁴ Sua obra ficou conhecida oficialmente no ano de 2003, foi publicada formalmente no Brasil no ano de 2018.

quais vidas são descartáveis e podem ser expostas à morte. Sobre essa questão, Mbembe (2018) afirma: “Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (p.123). Trazendo à tona as mazelas das macro e microestruturas operadas pelo poder estatal, que atua, principalmente, em favor - no sentido pejorativo - dos sujeitos cujas características de raça, classe e gênero são fatores determinantes para possuírem, ou não, o direito à vida em estipuladas condições, e compreende-se também que os tipos de morte podem variar entre concretas ou simbólicas.

Por essa ótica, a juventude negra - em sua maioria - inserida na OSC analisada são alvos dessa herança colonial por meio dos efeitos do racismo e, consequentemente, vítimas de uma realidade excludente, desigual, que fere os princípios dos direitos humanos, e muitas vezes os condena à morte. Questões como as de asfaltamento, saneamento básico, irregularidades no solo, chuvas intensas que afetam a estrutura física do bairro e das casas, dificuldade em acessar o sistema de saúde, assistência social e educação em sua amplitude são alguns dos percalços presentes na realidade dos beneficiários periféricos da instituição. Corrêa e Vieira (2019) afirmam que “a memória do período abolicionista brasileiro permite demonstrar que a abolição não passou de uma operação jurídica, política, econômica e social que não apenas não visava à libertação dos escravos, mas à imposição de uma liberdade no abandono” (p. 395).

Por conseguinte, sobre as noções de necropolítica, os estudos e constatações de Mbembe (2018) apontam questões indispensáveis para se compreender o lugar que o racismo estrutural ocupa nos processos de exclusão das - assim chamadas - minorias dentro do sistema capitalista (Bontempo, 2018). Nesse sentido, ao discutir o conceito de dispositivo de racialidade, Sueli Carneiro (2023) reforça que o dispositivo de racialidade, a afirmação do ser

de pessoas brancas manifesta-se por meio da negação - do não ser - de pessoas negras. No entanto, em suas palavras:

Destaco também, dentre os elementos do dispositivo de racialidade, as múltiplas interdições das pessoas negras que, além de serem assassinadas intelectualmente, são interditadas enquanto seres humanos e sujeitos morais, políticos e de direito. Com a função de produzir exclusão, as interdições — presentes tanto na produção discursiva quanto nas práticas sociais — promovem a inscrição de indivíduos e grupos no âmbito da anormalidade, na esfera do não ser, da natureza e da desrazão, contribuindo para a formação de um imaginário social que naturaliza a subalternização dos negros e a superioridade dos brancos (Carneiro, 2023, p.14).

Nesse sentido, no que concerne ao *modus operandi* da opressão, discriminação e outras formas de silenciamento, faz-se relevante destacar a interseccionalidade como o conceito direcionado a essas diferentes formas de violência. Termo nomeado por Kimberlé Crenshaw em 1991, foi assim definido: “a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Crenshaw, 2002, p.177). Sobre esse aspecto, Rodrigues (2013) acrescenta que o termo, cunhado nos anos de 1980, refere-se a maneira em como diversas categorias se fundem para criar e fomentar formas únicas e complexas de discriminação e privilégio. Logo, tais marcadores sociais são elementos cruciais para medir como os sujeitos serão lidos socialmente. Enquanto um construto crítico para compreender como as desigualdades sociais se entrelaçam, a interseccionalidade é um importante recurso analítico.

O acesso às condições básicas consideradas necessárias para uma vida com dignidade é uma temática há tempos discutida no Brasil, visto que a desigualdade sempre foi um fenômeno histórico e muito presente no país. No cenário atual, os efeitos da desigualdade são

uma realidade atroz e que impede a dignidade humana para muitos (Chaves & Almeida, 2020). A ausência de subsídios básicos para sobrevivência - como saúde, moradia e alimentação - apesar de muito importantes, emergem muitas outras faltas além das de ordem biológica: A falta de afeto, pertencimento e de sentir visto e ouvido, sofrimento muito experienciado pelos sujeitos afetados pela vulnerabilidade social (Sawaia, 2003).

Nesse sentido, sobre a questão de subsídios básicos para a sobrevivência humana:

Suas necessidades e desejos não se esgotam na luta pela sobrevivência biológica. O impulso natural de conservação da vida exige a expansão de suas possibilidades, que é o fundamento do processo de humanização. A alegria, a felicidade e a liberdade são necessidades tão fundamentais quanto aquelas, classicamente, conhecidas como básicas: alimentação, abrigo e reprodução (Sawaia, 2003, p. 55).

Assim sendo, Sawaia (2003) propõe que a exclusão social está longe de ser apenas econômica, mas também é afetiva e simbólica. Os indivíduos inseridos nessa exclusão, por ser o único lugar onde são reconhecidos, sofrem por muitas negações, principalmente a de sua humanidade. A partir disso, Sawaia (2003) pontua que a ausência de reconhecimento, afeto e carinho compõe o que a autora denomina como sofrimento *ético-político*, que ultrapassa as barreiras de uma falta apenas material, mas se encontra em um “não lugar” para o sujeito em diversas instâncias sociais.

1.2 A educação popular e a OSC ABC do Glória

Considerando tal contexto, é fundamental que espaços sejam oferecidos para o restabelecimento dessa dignidade, da escuta, do direito e da valorização desses sujeitos enquanto seres históricos e sociais. É nesse ponto que a educação - seja ela formal ou não - assume um papel imprescindível, principalmente quando articulada à perspectiva de educação popular como caminho para a construção de uma prática emancipatória e transformadora na vida dos indivíduos (dos Santos Paulo et al., 2025).

Assim, é nesse contexto de incômodo, vontade de transformação das desigualdades sociais que o projeto ABC do Glória surge, no ano de 2016, numa perspectiva de transformação social, junto ao poder significativo do afeto. O projeto, atualmente Organização da Sociedade Civil (OSC), reconhecida assim em 2019, teve início a partir do Centro de Voluntariado Universitário (CVU), e foi idealizado inicialmente por três mulheres voluntárias, com a proposta de uma biblioteca comunitária, com a missão de formar crianças e adolescentes em sujeitos solidários e conscientes do seu potencial ativo na sociedade.

Com isso, como Gohn (2006) tem mostrado, no presente contexto é inegável o importante papel que a educação tradicional cumpre na vida e no cotidiano, especialmente de sujeitos que estão em fase de desenvolvimento de si e da construção de identidade, como a de crianças e adolescentes. Desse modo, pensando em direitos humanos e todas as nuances que regem essa questão, Gadotti (2005) salienta que é também essencial considerar outras formas de educação e aprendizado, outras maneiras do sujeito de se constituir, ser, estar e experienciar suas relações e vivências no mundo, tornando-se fundamental outras formas de educação - a Educação Popular por exemplo - como ferramenta de emancipação e potência, contribuindo de forma direta e indireta para a promoção e manutenção dos direitos de crianças e adolescentes, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Por esse viés, vale ressaltar que a proposta inicial da OSC em questão para a comunidade foi de reforço escolar com foco em português e matemática, sendo oferecido também aulas de inglês. Mas ao identificarem que a demanda daquela população era outra por conta de um contexto de vulnerabilidade - que a instituição era o único dispositivo de lazer do bairro - e também falha no percurso de educação básica, o projeto passou por uma reformulação, se tornando um espaço de fomentação da educação popular e com uma

concepção de educação como prática emancipatória, a partir de projetos culturais e educacionais, a qual funciona até a atualidade.⁵

Atualmente, a instituição oferece subsídios a mais de 120 crianças e adolescentes, alimentação e oficinas nos eixos de formação socioemocional, literatura, lazer, reforço escolar, capoeira, flauta e desenho, no formato de contraturno escolar de segunda a sexta.⁶ Além disso, a OSC desenvolve a partir dos programas de Saúde Mental, Juventude em foco⁷ e Voluntariado⁸, conhecimentos multidisciplinares que fomentam o exercício da cidadania como um todo e propõe o fortalecimento de vínculos de maneira coletiva e crítica, ampliando as oportunidades de futuro e autonomia singulares dos beneficiários e comunidade. Com isso, a OSC se mantém a partir de doações de pessoas físicas e instituições parceiras que acreditam na potencialidade do trabalho desenvolvido. Também, com o CNPJ adquirido no ano de 2020, a instituição se inscreve continuamente em editais de instituições públicas e privadas, além de emendas parlamentares vigentes que fortalecem os projetos e alimentações diárias.

Tendo em vista que o ABC do Glória constitui-se em espaço de educação não formal, vale destacar que existem diferenças importantes entre a educação formal e a não-formal. A educação formal é aquela usualmente conhecida por ser realizada em escolas e instituições regulamentadas por lei, e tem como objetivo maior possibilitar o ensino e aprendizagem do indivíduo através de conteúdos sistematizados, enquanto a educação não-formal visa proporcionar a socialização do sujeito por meio das interações sociais, trocas, e há também, uma intencionalidade em cada ação, essas, construídas coletivamente. (Gohn, 2006). Segundo Gohn (2006), “a educação não-formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os

⁵ Informações encontradas na aba de história da instituição no site: <https://abcdogloria.org/>.

⁶ As oficinas acontecem de segunda às sexta-feiras, das 09h às 16h.

⁷ O programa tem como objetivo desenvolver com jovens entre 16 a 29 anos, do bairro Élisson Prieto e vizinhos, preparação para o mercado de trabalho, realizadas aos sábados.

⁸ O voluntariado na instituição acontece de 3 formas: apoio no contraturno escolar, apoio em eventos e captação de recursos, além de organização de bazares mensais.

processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas” (p. 28).

Levando esses aspectos em conta, sabe-se que a resistência de grupos populares frente aos processos opressores da ditadura militar ocorreu como um fenômeno recorrente e histórico. É nesse cenário de resistência que a Educação Popular surge, na década de 1960, na América Latina com o engajamento e o protagonismo de Paulo Freire (Paulo, 2018). A perspectiva da EP⁹ - que engloba o diálogo entre diversas abordagens - surge no seio dos movimentos e organizações populares, fora dos muros da escola e da educação formal, ainda que essas sejam influenciadas em suas práticas educativas até os dias atuais (Pereira & Pereira, 2010). Pela ótica freiriana, a educação popular constitui-se enquanto uma prática educativa mais humana, e que tem como objetivo final a emancipação, o protagonismo, reflexão e crítica do sujeito em relação às injustiças sociais que afetam - predominantemente - classes dominadas, ditas à margem.

Nessa perspectiva, antes de se tornar como é conhecido atualmente - bairro Élisson Prieto¹⁰ - o assentamento foi ocupado no ano de 2012 pelo Movimento Sem Teto do Brasil (MSTB), às margens da BR 050, mas o processo de regularização da ocupação só começou a acontecer no ano de 2017, quando foi aprovado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) a doação da área do Glória para fins de regularização fundiária cedido aos moradores que ali ocupavam, ação responsabilizada pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB). Contudo, após muitas outras burocracias, “o processo só chegou ao fim em outubro de 2024, quando o prefeito Odelmo Leão assinou a Certidão de Regularização Fundiária, documento que possibilita a obtenção dos títulos de posse por seus moradores” (Bicalho & Cleps, 2025, p.208). Com isso, a luta por acesso a direitos básicos como, por

⁹ Abreviação para Educação Popular.

¹⁰ “Élisson Prieto, formado em direito (2002) e com mestrado acadêmico na área de Geografia (2005), ambos pela UFU... Pietro (2005) realizou um importante estudo acerca da divisão do terreno da fazenda do Glória” (Bicalho & Cleps, 2025, p.207).

exemplo, o de asfaltamento, atendimento à saúde de qualidade e entre outros, acontecem ainda nos dias atuais no cotidiano dos moradores do antigo Assentamento Glória.

Nesse sentido, segundo Pereira e Pereira (2012), “a Educação popular apresenta-se como um movimento de resistência, de ‘descolonização dos horizontes’, como uma possibilidade de ‘abrir janelas’” (p.73). Assim, a EP é entendida não apenas como uma extensão da democratização da escola, do ensino formal propriamente dito, mas uma concepção que busca a transformação da estrutura social, mudando a realidade de exclusão de determinados grupos (dos Santos Paulo et al., 2025).

Para Paulo Freire (2007), a educação popular é aquela que nada contra a correnteza das forças opressoras, aquela que não separa seu ensino de conteúdos da realidade presente do sujeito, que preza pela organização dos movimentos das classes populares, leva em conta o afeto e o respeito em suas práticas, além de atuar de forma comum, fazendo com o povo, para o povo, com a força da luta de muitas mãos. As perspectivas da OSC vão ao encontro com essa vertente, pois os valores da instituição se definem em: Acolhimento Pleno, Fazer-com, Tudo é “nóiz”, Transparência, e Esperançar.

Nas palavras de Vasconcelos e Oliveira (2009),

Nosso entendimento de Educação Popular é o da educação como processo de humanização, um ato político, de conhecimento e de criação, que ocorre no diálogo entre seres humanos, sujeitos de sua vida, e que, solidariamente, fazem e refazem o mundo. Ao falarmos de Educação Popular, não estamos nos referindo à educação das classes populares, mas à educação com as classes populares, com elas compromissada e com elas realizada, mediante diálogo (p. 136).

Desse modo, o tema escolhido para o presente trabalho partiu de um incômodo no que se refere às desigualdades sociais condicionadas a sujeitos vistos como inferiores a partir de marcadores sociais específicos, atravessados principalmente pelos de raça e classe nesse

contexto. Parte de uma vontade de fazer diferente e fazer junto para se pensar em uma transformação social que seja efetiva e emancipatória em conjunto com o afeto presentes nas relações. Ademais, trazer a OSC ABC do Glória como cenário de análise para essa problemática reafirma o papel significativo da OSC e também, dos profissionais de Psicologia que ali estão inseridos.

1.3 A psicologia como práxis comprometida ao desmonte das desigualdades

Assim, torna-se relevante destacar o papel fundamental da Psicologia nesse cenário, reforçando a atuação ético-política e com vistas ao desmonte das desigualdades, exigindo-se uma postura crítica e de enfrentamento por parte dos profissionais nesses espaços. Sobre esse aspecto, Paiva e Yamamoto (2010) salientam a importância de profissionais da área nesse ambiente - do terceiro setor - já que o espaço de inserção da Psicologia é voltado ao de bem-estar e saúde mental - e ignorar os atravessamentos históricos e sociais que existem - fechando os olhos para as mazelas das desigualdades não se constitui enquanto uma prática concreta e justa da profissão.

Em vista disso, segundo Furlan (2017), se faz importante destacar que existem na Psicologia, perspectivas diferentes sobre a leitura do mundo e das experiências humanas. Consequentemente, para considerar essas divergências utiliza-se o termo de Psicologia(s). Dada essas diferenças teóricas e de entendimento, torna-se evidente que tanto a Psicologia quanto o campo político sofrem transformações ao longo do tempo.

Com isso, retomar a memória do percurso histórico da(s) Psicologia(s) é fundamental para compreender o lugar que a profissão ocupou e deve buscar ocupar politicamente na sociedade atual. Em seu processo histórico, a Psicologia foi utilizada como uma ferramenta para a organização e manutenção da ordem social, portanto, era utilizada como um

instrumento de dominação para docilizar e domesticar os sujeitos que não a classe dominante (Furlan, 2017).

Nesse sentido, os autores Paiva e Yamamoto (2010) também se aprofundam nesse aspecto ao problematizarem que a área supracitada, com um histórico de serviços voltados aos interesses e práticas da hegemonia, conforme discutido por Furlan (2017), ao se inserir num campo como o da política social em seu percurso histórico, é rapidamente solicitada a rever seus modos de prática e efeito na sociedade. Consequentemente, sua atuação passou a exigir uma postura mais crítica e de posicionamento mais comprometido com as transformações sociais necessárias em defesa dos direitos humanos.

Nessa lógica, sabe-se que de maneira geral, os direitos humanos se constituíram a partir de marcos e bases históricas que sofrem influências de aspectos religiosos, e principalmente de momentos conflitantes e tensos da história, assim, importante se faz ressaltar o momento em que essa temática foi regulamentada, escrita e propagada de fato. À vista disso, a Revolução Francesa foi palco significativo nesse percurso, e no ano de 1789, foi revisada e promulgada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Cintra & França, 2024). Ainda, os direitos humanos tomaram um crescimento mundial, tendo como principais motivos:

eventos históricos que colocaram à tona a necessidade de uma internacionalização das normas que protegem um mínimo comum de direitos entre os homens. Os eventos foram crises econômicas em larga escala, revolução russa, guerras mundiais, Guerra fria e uma nova espécie de colonialismo (Cintra & França, 2024, p. 3205).

Diante do exposto, vale destacar que antecede a esta declaração a criação e vigência da Organização das Nações Unidas (ONU) que atua até a atualidade com o propósito de aperfeiçoamento no que se refere à proteção de uma humanidade vivida com dignidade para

todos. Nesse processo, anos mais tarde, pós segunda guerra e mudanças importantes, nascia um fundamental documento aprofundado e melhorado, relacionado à proteção da humanização, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que tem como objetivo salientar e normatizar a importância na existência de direitos e dignidade da pessoa humana, além de destacar a possibilidade de usufruí-los, enfatizado no ano de 1948 e vigente até hoje (Cintra & França, 2024).

Com efeito, ao percorrer a história dos direitos humanos no Brasil e no mundo, percebe-se que o processo é complexo e marcado por avanços e retrocessos significativos. Todavia, marcos fundamentais como a criação da ONU e a DUDH de 1948, contribuíram para o fortalecimento desses direitos a partir de uma perspectiva permeada pela dignidade e proteção integral da pessoa humana. Sendo assim, esses referenciais ainda hoje em vigor, orientam vários documentos regulamentares, como o ECA, sancionado em 13 de julho de 1990, que é o principal instrumento normativo do Brasil que rege, prevê e assegura os direitos e a proteção de Crianças e Adolescentes (Brasil, 1990).

Assim, com o intuito de instrumentalizar a categoria de psicólogas (os) das normativas para o exercício profissional de maneira ética e crítica, o Manual da Psicologia e Direitos Humanos (2022), aponta que crianças e adolescentes: “Precisam ser protegidas(os) para a garantia de um desenvolvimento integral, sendo ofertada proteção aos riscos e vulnerabilidades que possam existir ao longo do seu desenvolvimento” (p.5). Ao pensar nesse desenvolvimento integralizado - assim comentado pelo manual - a atuação profissional deve ultrapassar os moldes convencionais de oferecer ‘apenas’ uma escuta e cuidado ao adoecimento.

Por esse viés, sobre o lugar político da Psicologia comenta Patto (2003, conforme citado na cartilha do Conselho Federal de Psicologia, 2003):

É imprescindível à reflexão sobre a natureza política das teorias e práticas da Psicologia. Digo “política” porque endosso a tese de que as ideias não são neutras, não são abstrações que nada devem à realidade social em que foram produzidas (p.14).

Logo, a autora reafirma o lugar político e histórico da profissão. Então entende-se que a prática se dá por um meio interseccional, feita por muitos “braços” e tecendo redes de significativos impactos na realidade posta. Diante o exposto, faz-se necessário compreender não só o papel da educação popular na vida dos sujeitos que por ela são atravessados, mas o papel da Psicologia nessa perspectiva, entendendo que por fim, o diálogo com os direitos humanos é o ‘guarda chuva’ que garante, através de outros braços, dignidade a todos os indivíduos inseridos em sociedade.

Assim, na presente pesquisa buscou-se compreender o papel e enfatizar o significativo trabalho da Psicologia na promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes através do olhar e a atuação de profissionais de Psicologia da OSC ABC do Glória, instituição que se constitui enquanto um espaço para se pensar novos caminhos e oportunidades para periferia, e também, visa por meio da educação popular, proporcionar a emancipação e o protagonismo de crianças e adolescentes para que sejam autônomos, solidários e conscientes do seu potencial ativo na sociedade. Logo, os objetivos específicos da pesquisa foram: Analisar as contribuições teóricas do campo da Psicologia para a atuação em contextos de vulnerabilidade social; Examinar experiências de atuação profissional em Psicologia articuladas à educação popular no contexto da OSC ABC do Glória; Compreender de que modo a desigualdade racial é considerada e enfrentada e verificar os impactos da atuação da OSC ABC do Glória no enfrentamento e combate às desigualdades.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa qualitativa foi realizada no bairro Élisson Prieto (antigo assentamento do Glória), localizado na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na OSC ABC do Glória a partir da realização de entrevistas por meio de roteiro semi-estruturado, com profissionais - e a própria experiência da pesquisadora que atua na instituição, entendendo que ambas as técnicas são relevantes e significativas para analisar as contribuições da área de Psicologia na promoção e garantia de direitos humanos em espaços de vulnerabilidade social e econômica.

O roteiro semi-estruturado pode ser entendido segundo o autor Trivinos (1987), da seguinte maneira:

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (p.146).

Nesse sentido, foram realizadas seis entrevistas com psicólogos formados, em formação e educadores sociais, caracterizados na tabela abaixo:

Tabela 1

Caracterização dos Participantes Entrevistados

Nome (Fictício)	Idade	Formação	Gênero	Raça/Cor
Coragem	20 anos	Estudante de Letras	Homem	Negro
Esperançar	32 anos	Psicóloga	Mulher	Branca
Espontaneidade	23 anos	Psicólogo	Homem	Branco

Insistência	25 anos	Psicóloga	Mulher	Branca
Resistência	24 anos	Estudante de Psicologia	Mulher	Branca
Pipa	29 anos	Psicóloga	Mulher	Branca

Fonte: Elaboração própria, a partir das informações coletadas durante a pesquisa.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de agosto a novembro de 2025, mediante gravação de áudio e acordado via a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos(as) estudantes e profissionais que foram convidados(as) para participar voluntariamente do estudo por meio de uma carta-convite. As entrevistas tiveram duração máxima de 30 minutos e foram realizadas nas mediações da OSC.

Ainda que as entrevistas tenham sido realizadas com seis participantes, cinco delas foram realizadas com profissionais da Psicologia, e uma, como citado, com um estudante em Letras. Para a presente análise, além das entrevistas com os profissionais de Psicologia considerou-se também a entrevista com o estudante de Letras, pois entende-se que seu trabalho na OSC contribui de maneira importante e de forma interdisciplinar com a Psicologia para o presente trabalho, sobretudo, no diálogo sobre questões raciais e representatividade, aspecto também evidenciado nesta pesquisa. Nesse sentido, alguns eixos foram determinados para serem analisados a fim de facilitar a compreensão da temática. Com o objetivo de preservar a identidade e a privacidade dos entrevistados, utilizou-se o nome fictício como recurso para identificação das respostas.

O foco da análise de conteúdo se concentrou na percepção que os profissionais possuíam sobre o papel da profissão na promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes realizados e presentes no cotidiano de trabalho, além de destacar como foco também, o papel fundamental que a instituição possui no desmonte as desigualdades presentes no contexto, usando como campo de pesquisa direto a OSC ABC do Glória. A

abordagem metodológica utilizada como recurso de análise para as entrevistas realizadas foi a proposta pela autora Bardin (2016), em suas concepções desenvolvidas em seu livro *Análise de Conteúdo*, na qual a autora salienta que esse método permite uma sistematização, interpretação eficaz e objetiva das comunicações trazidas, realizadas a partir das entrevistas, de modo a identificar padrões, significados e categorias presentes no material analisado.

Como fio condutor, foram realizadas algumas perguntas como: *“Me fale sobre como você começou a se interessar por educação popular”*; *“Como você avalia o impacto da Psicologia, em sua prática diária, na promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes dentro do contexto dessa OSC?”*; *“Você poderia me contar alguma experiência específica ou situação em que percebeu que o seu trabalho foi importante para a proteção dos direitos de uma criança ou adolescente atendido na OSC?”*. Cada participante foi orientado a definir a OSC em uma palavra, sendo que a palavra escolhida por eles foi definida como seu nome fictício para as respostas ao longo das entrevistas. Todos os entrevistados justificaram os nomes pontuando que, esses, resumem o significado e a relevância que a OSC tem e busca ter no trabalho diário de erradicação das desigualdades e a postura ativa por parte da Psicologia nesse processo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O racismo como um marcador social de exclusão

O racismo se configura enquanto um marcador social de exclusão de diversas maneiras, e nesse sentido, a maioria das (os) profissionais mostrou incômodo com esse aspecto, como explicitado nos trechos a seguir:

“Da gente entender, por exemplo, que uma criança que nem o J. né, que olha pra uma cruz e fala que... E remete a Jesus, e fala que ele não é bom, porque Jesus era branco e ele é preto.. E aí você fala assim, isso não é um sofrimento pontual né, é um

sofrimento que é ético-político, do racismo, das dimensões da religião...”
(Esperançar, 32 anos).

A partir do trecho exposto, entende-se que ao pisar em territórios como os do bairro Élisson Prieto, marcadores identitários e sociais como o de raça são presentes em sua maioria, escancarando os efeitos do racismo. Sobre esse aspecto, de acordo com Munanga (2004), “o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (p.8).

Com efeito, o racismo se constitui como mecanismo de opressão que legitima o sentido e a lógica presentes em todas as relações e as maneiras de funcionamento estruturais que existem, com a finalidade de reprodução das inúmeras formas de desigualdade e violência que moldam a vida social em todas as instâncias do sujeito contemporâneo (Almeida, 2019). Contudo, de maneira infeliz e concreta, o racismo em nossa sociedade se perpetua de uma forma muito específica: ele se ratifica através da sua própria negação (Gomes, 2012). No Brasil, esse processo de negação, de subalternização do “não-ser” do outro, expressa-se não apenas de maneira simbólica, mas principalmente de forma concreta que por sua vez, nega o acesso até de condições básicas de (sobre)vivência ao indivíduo afetado.

“Eu acho que até pessoalmente falando, por ser branca dentro de um território majoritariamente preto, então eu acho que quando a gente pisa aqui sabe, vê muito essa ideia que até causa um distanciamento dos meninos pela falta de representatividade, sabe? Então às vezes a gente é só mais um tio que veio aqui, entregar coisas né, entra muito nessa lógica assistencialista de “eu que vim te oferecer isso” sabe, e aí é onde o ABC enquanto instituição sempre tá muito atento a

essas questões de representatividade, mas sempre falta muito também, por ser uma fundação branca, de mulheres brancas também” (Insistência, 25 anos).

Assim, como trazido pela fala de Insistência, a inserção da Psicologia nesses espaços são, muitas vezes, confundidas e vinculadas a uma perspectiva assistencialista, porém, uma Psicologia Crítica que seja comprometida com a emancipação dos indivíduos não atua por esse viés, indo, inclusive, na contramão dessa assistência que apenas ‘assiste’ o sujeito em sua condição. Então, uma Psicologia que não consiga romper com essa noção de assistencialismo se configura incompleta, pois deixa de fomentar espaços que possibilitem a autonomia e emancipação ao sujeito.

De acordo com os dados sociodemográficos disponibilizados pela instituição realizados no ano de 2025 em relação ao perfil dos beneficiários, mais de 78% das crianças se consideram pretas ou pardas, enquanto 74% dos adolescentes se autodeclaram pretos ou pardos e logo, 85% dos responsáveis também se autodeclaram negros ou pardos.¹¹ Tal dado analítico se deve ao processo histórico do país, o qual se herdou do período escravocrata e segue sendo atual, grande parte da população negra marginalizada, em lugares e em condições de subalternização, jogados a segregação urbana após uma ‘suposta’ abolição da escravidão de 1888 que de abolição nada teve, e segue se atualizando a outros moldes, isto é, a vulnerabilidade acaba se tornando uma expressão das relações de poder antigas e contemporâneas.

A percepção da predominância de pessoas brancas na equipe de trabalho da instituição também foi um ponto comum trazido nas entrevistas, reforçando parte da presente análise que tem problematizado a posição de inferioridade de pessoas negras nas relações de poder, e nesse sentido, a falta de mais pessoas negras na equipe. Logo, pensar em como essas relações de poder se constituem dentro da instituição se faz um tópico importante,

¹¹ Dados retirados do site: <https://abcdogloria.org>.

considerando os impactos que a representatividade e o empoderamento podem exercer sobre os beneficiários atendidos. Sobre esse fenômeno social e estrutural, Souza (1983) afirma:

a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (Souza, 1983, p.19).

Por outro lado, entendendo essa realidade excludente, o papel antirracista da OSC e sua busca pela garantia dos direitos dessa população, a instituição atua na contramão dessa realidade de maneira combativa e prática, como demonstrado no relato a seguir:

“Então nós olhamos para isso, até porque a realidade do bairro são de pessoas pretas e pardas, chefiadas por famílias com mulheres negras, mães solas. Então essa é a realidade da maioria do bairro, e a gente tem que trazer isso, porque isso interfere em como as crianças vão estar aqui. Porque uma criança branca estando no ABC é muito diferente de uma criança preta diante todo o contexto que ela vive, toda a desigualdade social e econômica, de fala mesmo, de sofrer bullying, sofrer preconceito.. Então isso atravessa, e o ABC ele proporciona isso, mas talvez falte mais, sabe?” (Espontaneidade, 23 anos).

Assim, um dos exemplos de como a instituição considera o olhar para as questões raciais, conforme apontado pelos entrevistados, pode ser observado nas oficinas de literatura e escrita. Em uma delas, oicineiro propôs uma contação da história do livro *Menina do Laço de Fita*, enredo que gira em torno de uma menina de pele retinta e de um coelho que a questiona constantemente sobre o motivo dela possuir aquele tom de pele. Depois de ouvirem a contação, as crianças participaram de uma roda de conversa sobre a história, e compartilharam como se identificavam com a história, com a personagem e com questões de ancestralidade trazidas pelo enredo.

Desse modo, nota-se que, através dos recursos lúdicos disponibilizados pelo oficinairo, a instituição promove um espaço de reconhecimento da identidade, representatividade e reflexão. Logo, o oficinairo pontua sobre suas intervenções: “Justamente, porque durante as minhas oficinas eu priorizo trabalhar autores negros, temáticas raciais, e vez ou outra os meninos apresentam algumas queixas” (Coragem, 20 anos). Observa-se então que, a partir desses recursos, é possível observar discussões raciais que se fazem cotidianas na instituição.

Diante desse contexto, percebe-se que os profissionais entrevistados da instituição buscam atuar com compromisso ético e político apesar das dificuldades, procurando enfrentar a desigualdade social cotidiana, tal ato é materializado através das oficinas diárias que buscam fomentar a autonomia, autoestima, a consciência, uma postura antirracista, o pensamento crítico e que são, também, espaços de acolhimento, afeto e diálogo, reafirmando o papel da Psicologia na garantia de direito dessas crianças e adolescentes.

Atuação essa que se alinha ao que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e posto no Art. 227 da Constituição Federal de 1988, que determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, art. 227).

Dessa forma, a atuação da instituição não apenas reconhece as singularidades raciais e sociais que atravessam os beneficiários atendidos, mas também os desdobramentos internos que esses atravessamentos causam na instituição. Logo, se configuram com uma prática

crítica, concreta e fundamental de promoção de direitos e enfrentamento das desigualdades, cumprindo um papel central na proteção dos direitos integrais dessa juventude do bairro Élisson Prieto.

3.2 Percepção dos profissionais sobre as dificuldades encontradas no ambiente de trabalho e seu impacto

Dentre as categorias, a percepção dos profissionais sobre as dificuldades encontradas no ambiente de trabalho também foi explorada, evidenciando não só os percalços estruturais do território, mas também os atravessamentos que transpassam esse espaço físico, caindo em sofrimentos ético-políticos de outras ordens, sendo essas, estruturais, sociais, subjetivas, emocionais, entre outras.

A seguir, trechos de entrevistados que apontam tais percepções são apresentados:

“além de ser muito difícil é muito doloroso.. Eu sinto que às vezes a gente nada contra a maré aqui no ABC, e é muito solitário... É muito solitário porque parece que o que a gente faz é errado frente a outras instituições, frente a sociedade no geral, né... Isso é muito desgastante pra mim, mas também é sempre um reforçador, tipo assim: “É por isso que eu estou aqui, é por isso que o ABC existe, é uma força motriz, sabe? Porque é uma caminhada solitária, trabalhar com o que a gente trabalha é solitário, é frustrante, porque não é o impacto que você vai ver agora. Você quer muito esses meninos com a barriga cheia, você quer muito esses meninos regulados emocionalmente... A gente quer muito esses meninos acolhidos dentro dos seus lares, a gente quer muito que esses meninos aprendam a ler.. E a gente sofre muito, então ter essa noção é muito dolorida, é muito frustrante” (Pipa, 29 anos).

“Olha, eu acho que começa pelo nosso próprio acesso. Acesso a instituição, ao caminho sabe, ao trajeto. Tanto que eu venho só de transporte por aplicativo, né? É o meu meio de transporte principal. Então, tipo, sempre eu chego aqui e aí eu tenho que descer todo o trajeto que é fora do asfalto, são quatro quarteirões né, contando a virada. E aí, é a mesma coisa, se chover é um dia que eu vou pensar mil vezes como que eu vou chegar até lá sabe, como que eu vou me preparar, como que eu tenho que ir.. Então eu acho que isso é sim uma dificuldade, esse acesso, de não ter serviços em volta também, sabe? Ainda mais a gente no programa de saúde mental também, que está fazendo muito esse trabalho de articulação em rede... A gente tem um postinho que não é no território, o postinho do Glória é no asfalto - fica no São Jorge, no bairro São Jorge - mas outros serviços também, sabe? Serviços de assistência, um CAPS que seja, outros serviços de saúde também, sabe? Um pronto atendimento, uma coisa assim também, acho que vai deixando a gente insegura, sabe?” (Insistência, 25 anos).

Através desses relatos, compreende-se que os efeitos da desigualdade, ao contrário do que se expõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), de garantir direito a todo sujeito, os percalços impactam também os profissionais que são atravessados pela rotina e dificuldades do território. As faltas, muito presentes nesse contexto, escancaram, como pontuada nas falas, um sentimento de impotência e insegurança diante o trabalho a ser realizado, trazendo uma prévia aos profissionais daquilo experienciado pelos sujeitos expostos a essa realidade negligenciada.

Desse modo, se faz importante salientar que atrelado a essa insegurança, a sensação de “desamparo” frequente, pode estar também relacionada a uma lacuna na graduação acadêmica. Em unanimidade, os entrevistados pontuaram que muito rapidamente ou de forma esporádica passaram por temáticas que os tivesse preparado para estar em territórios tão vulnerabilizados como tal. Enfatizaram que poucos professores traziam essa temática em sala

de aula, ressaltando que o preparo ocorreu principalmente por meio da própria inserção institucional, no dia a dia. “O que me preparou para estar no ABC foi o próprio ABC. Foi a própria comunidade do ABC, foi vindo até aqui, foi participando das capacitações do ABC...” (Insistência, 25 anos). Ou seja, foi colocando os pés no território, de maneira concreta. Sobre isso, sabe-se que a formação acadêmica em psicologia muitas vezes se mostra insuficiente para subsidiar bases teóricas e práticas importantes dentro do terceiro setor (Paiva & Yamamoto, 2010).

Em contrapartida, ainda que as dificuldades no ambiente de trabalho sejam significativas e muitas vezes, um obstáculo para a garantia de direitos desses indivíduos, percebe-se a instituição num movimento instigador de potencialização para aquilo é possível, fornece para a juventude ali inserida, espaços de expressão, autoconhecimento, autoconfiança entre outros, fortalecendo o que é potente desses sujeitos, não levando em conta apenas as faltas ali emergentes.

Por esse viés, ao que foi mencionado acima pelos profissionais, mesmo que denuncie de maneira clara a negligência e a violação de direitos por parte de um Estado omissivo em várias facetas, a instituição acredita na potencialidade dessas crianças e adolescentes. A partir de uma educação enquanto prática de liberdade, emancipação e autonomia, como propõe a educação popular, a possibilidade para a construção de outros modos de existir, ser e resistir no território é uma realidade. É justamente nesse ponto que o pensamento de hooks (2013) dialoga com o movimento firme e posicionado da OSC:

Pedindo a todos que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebro um ensino que permita as transgressões - um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade (pp.23-24).

3.3 A postura ativa da OSC ABC do Glória no enfrentamento e combate a desigualdade

Ao serem perguntados sobre a atuação da OSC frente às desigualdades impostas e como este combate era vivenciado pelos profissionais da instituição, principalmente os profissionais de Psicologia, os entrevistados trouxeram pontos importantes, como exemplificado no trecho abaixo:

“Então, o ABC, ao mesmo tempo que tem os desafios, ele topa enfrentar os desafios. Então, a gente tem uma equipe de saúde mental que olha por essas crianças, que topa proporcionar um cuidado de voluntário de vínculo para cada um deles, mas esse é o nosso maior desafio, é que a educação popular chegue para todos. Mas é um desafio muito grande, não é fácil...” (Espontaneidade, 23 anos).

No trecho acima, Espontaneidade comenta sobre alguns dos desafios da OSC, enfatizando que esses são muitos, mas destaca a postura de enfrentamento da instituição que é combativa e sempre tentante. Mais especificamente, de maneira concreta, comenta de forma mais generalista sobre a atuação de um dos programas vigentes da OSC: o Programa de Saúde Mental.¹² Esse programa tem como objetivo promover o cuidado em saúde mental de forma articulada e contínua das crianças, adolescentes e suas famílias, a partir do fortalecimento de vínculos, desenvolvendo uma prática crítica e ética, comprometida com os direitos humanos e a redução da desigualdade.

Portanto, nesse tópico, vale destacar outra forma pela qual o Programa de Saúde Mental atua no cotidiano dos beneficiários e suas famílias, com o objetivo final de promover esse cuidado. Como exemplificado acima, além das oficinas, a equipe de Psicologia também desenvolve reuniões com os pais, rodas de conversas a partir de demandas espontâneas, sobre a adultização das crianças e adolescentes nas redes sociais, por exemplo, entre outros. Tais

¹² Informações retiradas do site: <https://abcdogloria.org> e complementadas pela vivência da própria autora na OSC.

temáticas acabam surgindo, muitas vezes, por meio dos desdobramentos das relações ali estabelecidas entre os beneficiários da OSC, e acabam se tornando temas a serem trabalhados nos momentos de partilha com as famílias, incluindo assim, os responsáveis nessa atuação.

“Eu acho que o L., ele é um adolescente que eu vejo muita potência nele, e que eu acho que é uma potência que a família também enxergou que o ABC poderia proporcionar ainda mais potência pra ele, porque assim, é uma família com muitos filhos né, uma família negra, uma família que tem, é nítido assim as dificuldades que eles passam e tudo mais... porque ele é um adolescente que você vê que enxergou sentido no ABC. As coisas que são proporcionadas pra ele, né? Os acessos que ele poderia ter que talvez em outros lugares ele não teria, né, uma oportunidade de viajar por exemplo, e de fazer uma coisa que ele gosta, que é dançar.. E aí eu acho que ele refletiu também na família essa possibilidade de fazer outras coisas: Quando a mãe dele volta a estudar, eu acho que é muito disso, porque a mãe dele ela vem pro ABC, ela é muito presente, ela é muito ativa nas atividades, e aí ela fala, “nossa, se meus filhos também estão conquistando coisas, eu também posso conquistar outras coisas”..sabe?” (Esperançar, 32 anos).

No relato de Esperançar, fica nítido como a geração de oportunidades, essas, das crianças e adolescentes poderem viajar para se apresentarem, irem ao teatro, e essa mãe pensar na possibilidade de que pode voltar a estudar, por exemplo, se concretiza como um caminho para a garantia dos direitos para todo e qualquer sujeito. Quando a profissional menciona algumas dessas oportunidades, é possível perceber o papel efetivo que a OSC e a Psicologia nesse contexto tem desempenhado não só na vida dos beneficiários diretos, mas seu impacto na realidade das famílias desses sujeitos, na comunidade, em conjunto com outras redes importantes. Além disso, tal aspecto conversa com as normas do Conselho

Federal de Psicologia (CFP) por meio da Resolução Nº 6, de 29 de Março de 2019 que estabelece:

CONSIDERANDO que a Psicologia no Brasil tem, nos últimos anos, se deparado com demandas sociais que exigem da(o) psicóloga(o) uma atuação transformadora e significativa, com papel mais ativo na promoção e respeito aos direitos humanos... (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

Ademais, em suas contribuições no campo teórico-metodológico da educação, Freire pontua a educação enquanto um ato político, logo, essa se constitui como ferramenta importante para a emancipação do indivíduo. Fundamentado em sua teoria, Freire (1981), destaca que uma educação crítica favorece uma busca pela integração, promoção e a participação dos sujeitos como protagonistas na construção da sociedade. Através de uma educação que seja comprometida com a conscientização, a politização dos indivíduos e com o meio em que esse sujeito se relaciona e está inserido, possibilita-se que esse seja ativo e capaz de refletir e agir sobre sua realidade.

Também, outra entrevistada trouxe em sua fala, parte do trabalho da instituição nesse processo de uma atuação ativa e de enfrentamento aos atravessamentos no cotidiano, como explicitado a seguir:

“...de fazer os encaminhamentos - para a responsável e para a rede... Então, de medidas protetivas, de atendimento psicoterápico dentro da rede, de garantir esse espaço de acolhimento e de lazer dentro do ABC do Glória...”(Pipa, 29 anos).

A partir de mais um relato, entende-se que o trabalho da OSC está inteiramente articulado com outros serviços, para além dos que oferecem no espaço, reforçando o significado de uma luta coletiva num caminho para transformação social e garantia de direitos. Dessa forma, o ABC do Glória se expressa enquanto espaço necessário na luta pela

afirmação da dignidade humana¹³ atrelado a uma esperança que seja do verbo esperar¹⁴. Nas palavras do próprio autor: “...Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela só não ganha a luta, mas, sem ela, a luta fraqueja e titubeia” (Freire, 1992, p. 1).

3.4 A psicologia enquanto ato político e ferramenta de transformação social

Compreender o papel da Psicologia - crítica - e como ela deve se colocar na sociedade enquanto um ato político se faz fundamental para reconhecer o potencial da Psicologia como um mecanismo de transformação social das estruturas sociais dominantes. Sobre essa temática, os entrevistados trouxeram perspectivas importantes, como demonstrado a seguir:

“...é porque eu vejo a Psicologia como um ato político. Não político-partidário, né? Mas um ato político de transformação social...porque eu entendo a Psicologia como uma ação política no mundo, então acho que o ato da escuta, o ato de fazer em rede que eu aprendi nesse meu contato com a educação popular, é que não há transformação da realidade social sem conexão com a rede, sem essa ponte que a gente faz com outros profissionais, de uma transformação multi mesmo, multiprofissional. Então, eu vejo a Psicologia aqui nesse sentido” (Esperançar, 32 anos).

Articulado a escuta, cuidado multiprofissional e aspectos que regem o contexto social e histórico do sujeito que devem ser considerados, a fala de Esperançar evidenciou como todos esses pontos estão entrelaçados no cuidado e promoção da dignidade humana. Ainda, considerando que o cuidado em saúde mental no contexto da OSC seja realizado de maneira a levar em conta todo o entorno envolvido, os autores Paiva e Yamamoto (2010) salientam: “Na nossa prática social, poderíamos dizer que, se não estimulamos a organização, a

¹³ Trecho retirado do site: <https://abcdogloria.org>.

¹⁴ Desenvolvido por Paulo Freire, o verbo esperar se constitui enquanto uma esperança que deve partir da ação, do fazer acontecer a transformação, não apenas uma esperança sem ação.

participação e a emancipação da comunidade, não devemos ter expectativas de alcançar mudanças significativas” (p.154).

Por esse viés, a Psicologia como ciência e profissão deve estar e se colocar sempre comprometida com a democratização das relações sociais, para isso, deve-se buscar romper com práticas que individualizam o sujeito e que acabam reduzindo, assim, problemas produzidos coletivamente num processo histórico e contínuo, em “apenas” problemas pessoais. Sobre isso, complementa Patto (2022): “Nesta perspectiva, fazer psicologia continua sendo um ato político como sempre foi, mas agora um ato político comprometido com os agentes da transformação da estrutura social e não mais com os interessados pela sua conservação” (p.15). Uma das entrevistadas pontua:

“Eu acho que essa relação de trazer a Psicologia, de trazer essa subjetividade, de trazer essa integração, de um motivo, porque também dentro do programa a gente é muito voltado nas discussões para uma Psicologia crítica; que entra, tipo, dentro dos parâmetros até da Psicologia escolar crítica também, de conversar com família, com comunidade, com equipe, com as crianças e adolescentes né, ter esse diálogo, essa ponte entre cada um, e principalmente também com a articulação na rede né, e estar sempre atento também às nossas crianças, aos nossos adolescentes, às nossas famílias... E usar essa articulação também tradicional para inserir eles em outros espaços que é direito deles” (Insistência, 25 anos).

Visando essa atuação que leve em conta uma Psicologia crítica em suas intervenções, o trecho colocado acima explicita também, novamente, a perspectiva da OSC alinhada a uma prática ancorada na transformação social e de compromisso esperada do Psicólogo. Além disso, no relato fica claro o trabalho articulado em rede, aspecto evidenciado por outros entrevistados. Nesse sentido, entendendo o significado de uma prática alinhada aos preceitos estabelecidos pelo órgão que fiscaliza a profissão, segundo o Conselho Federal de Psicologia

(2005), no item III dos Princípios Fundamentais, “o psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (p. 7).

“Então, ser Psicólogo é isso, é um crescimento pessoal de cinco anos e que faz eu acolher melhor uma criança aqui, que faz eu olhar melhor para a subjetividade de cada um, que faz eu olhar melhor pro contexto dessa criança aqui a partir da abordagem teórica que eu sigo... Então tudo isso vai me preparando para estar mais forte... E eu acho que é isso que eu trago, é esse olhar mais sensível, esse olhar mais cuidadoso para essas fases do desenvolvimento humano, para entender as subjetividades... Então, a Psicologia prepara a gente para isso. E quando a gente esbarra com coisas que são inegociáveis, que não estão de acordo com o que a gente aprende, o que a gente acredita, colocar limites nisso para que a gente possa proporcionar um ambiente de qualidade, um desenvolvimento pessoal para cada um... É isso” (Espontaneidade, 23 anos).

O entrevistado Espontaneidade conclui que ao se tornar Psicólogo(a), as experiências proporcionam maior possibilidade de olhar para o outro com mais sensibilidade e que se propor a enfrentar o contexto de vulnerabilidade o coloca em lugares que o fazem repensar a prática, de forma mais empática, crítica e mais responsável como enfatiza a perspectiva de uma Psicologia Educacional Crítica. Além disso, destaca ainda como a interação do sujeito com o meio perpassa toda essa experiência, sendo extremamente significativo, trazendo novamente o panorama de uma Psicologia Social e Comunitária como um viés fundamental para a prática da Psicologia em espaços de educação não formal.

Por fim, ao se discutir o impacto existente em uma atuação de uma Psicologia que seja crítica e comprometida, vale lembrar que “a conscientização e a educação libertadora pode resultar em um modelo de intervenção para o compromisso profissional com uma

transformação do espaço educativo" (Guzzo, 2020, p.21). Ou seja, ao se comprometer com uma prática de educação libertadora - entendendo que espaços educacionais são variados - a atuação do Psicólogo se alinha à essência humana, ao direito à dignidade (Guzzo, 2020). Então, é preciso que sejam construídas possibilidades de humanização, e parte desse processo acontece no encontro cotidiano, numa Psicologia enquanto ato político e como ferramenta de transformação social. Nessa direção, destaca-se que os espaços e contextos de educação não-formal podem ser entendidos como possibilidade de campo de atuação da Psicologia Escolar e Educacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como se pensar numa prática que seja crítica e combativa frente às desigualdades sociais, sem considerar as estruturas dominantes que empurram os sujeitos a esse lugar. Ainda, alinhado a uma prática sob o viés da educação popular, uma Psicologia crítica e social deve se atrelar ao compromisso comum, entendendo que “a saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação” (Carneiro, 2023, p.14).

A partir da atuação da OSC ABC do Glória na busca por promoção e garantia dos direitos humanos por um olhar da Psicologia, foi possível perceber um trabalho que se faz em construção com muitas redes. O trabalho realizado se constitui de maneira efetiva, significativa e comprometida com a transformação social das realidades excludentes, muito presentes em nosso país. Em contrapartida, conclui-se que a OSC, como toda e qualquer instituição do terceiro setor, desempenha um trabalho a fim de sanar faltas que decorrem de um poder público omissivo e descompromissado com os desdobramentos postos pelas exclusões sociais presentes na atualidade, possuindo limites claros ao trabalho a ser desenvolvido.

Mas, para além das faltas, ressalta-se o papel importante que a OSC tem assumido na vida das crianças, adolescentes e famílias do bairro Élisson Prieto. Através das oficinas, programas e ações, a instituição tem atuado em conjunto com a força do afeto e valorização da vida em todas as relações ali estabelecidas. Dentro daquela comunidade, existem corpos que resistem e que merecem dignidade. A vontade de existir, mas existir com os direitos assegurados, com proteção e comida no prato se faz presente, todos os dias. Nesse sentido, pensar numa atuação voltada para uma Psicologia que esteja alheia ao sofrimento humano não se constitui enquanto uma prática compromissada e justa.

A atuação da OSC aqui descrita, representa a efetividade do trabalho em busca de uma transformação social e emancipação dos sujeitos a partir do encontro com o outro, proporcionando acolhimento à totalidade de qualquer indivíduo ali inserido, “fazendo com” as crianças, adolescentes e comunidade. Pensar numa atuação de Psicologia enquanto ato político se faz necessário e sempre contínuo, e no que diz respeito à temática do presente trabalho, anda de mãos dadas com o proposto pela instituição, numa perspectiva de enfrentamento e olhar revolucionário para as desigualdades sociais impostas.

Também, sobre a possibilidade de novos estudos em relação à temática, compreende-se que pensar a formação dos profissionais nessa área se configura como aspecto fundamental, sendo importante estudos que questionem a formação em Psicologia, e realmente indaguem se de fato, a formação da atualidade tem realmente apresentado essa perspectiva da inserção do profissional na luta dos direitos humanos. Além disso, dentro desse contexto, o campo de trabalho do Psicólogo(a) na área em se aberto, então, por um viés de novos estudos, investigar educacional ta perspectiva de atuação desses novos profissionais nesses espaços também é preciso.

Assim, por meio desta pesquisa, entende-se que o papel da Psicologia na promoção e garantia dos direitos humanos baseia-se, de maneira concreta, em assumir uma postura ativa

de combate a todo e qualquer tipo de exclusão na atualidade. Ademais, também abarca refletir, diariamente, o papel teórico-metodológico a partir de uma perspectiva crítica e ética, sempre repensando e refazendo a prática, corroborando assim, também para um contexto de enfrentamento à desigualdade racial, marcador significativo nas relações do país.

Por fim, utiliza-se um trecho de um dos entrevistados para destacar de certa forma, o papel da Psicologia na garantia e promoção dos direitos humanos de todo e qualquer sujeito - aqui em específico, de crianças e adolescentes, entendendo que essas merecem viver com dignidade, que podem e devem sonhar, acessar, ser e estar em potencialidade múltipla da qual a vida os proporciona. Logo:

“Historicamente, a pipa tem um significado muito importante pra gente, de ser um espaço do nosso campinho aqui.. Antigamente não tinha essa fiação toda, eles podiam brincar de pipa e era brincadeira que a gente fazia aqui no céu. Então, de olhar pro céu e ver pipa, é sinal que ainda tem criança brincando. Então, que ainda há motivos para lutar, que ainda há motivos para trabalhar, que ainda há motivos para acreditar, para esperar... É uma força motriz. É a justa íra, é a justa íra” (Pipa, 29 anos).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC do Glória. (n.d.). *ABC do Glória*. <https://abcdogloria.org/>

Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA.

Paulo, F. dos S. (2018). *Pioneiros e pioneiras da educação popular freiriana e a universidade* (Tese de doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Edições 70.

Bicalho, B., & Cleps, G. D. G. (2025). Regularização fundiária e direito à moradia: Panorama das ocupações urbanas em Uberlândia (MG). *Caminhos de Geografia*, 26(105), 200–214. <https://doi.org/10.14393/RCG2610576087>

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Ministério da Saúde; Ministério da Criança.

Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Carvalho, J. M. (2008). *O desempenho nas organizações sem fins lucrativos*. Instituto Superior da Maia.

Chaves, A. B. P., & de Almeida, L. J. S. (2020). A Política do Retrocesso: educação e desigualdade no Brasil. *Research, Society and Development*, 9(8), e548985957–e548985957.

- Conselho Federal de Psicologia. (2003). Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, DF.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Resolução nº 6, de 29 de março de 2019*. <https://www.sepsi.ufscar.br/arquivos/regulamentacao/resolucaocfp-06-2019.pdf>
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. (2022). *Manual da Psicologia e Direitos Humanos: A psicologia é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos* (1ª ed.). CRP SP.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 227. (1988). *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 de outubro de 1988.
- Corrêa, M. D. C., & Vieira, C. D. (2019). Necropolítica da memória escrava no Brasil pós-abolição. *Tempo e Argumento*, 11(26), 368–401.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10, 171–188.
- da Silva Cintra, E., & França, M. G. L. (2024). Histórico dos direitos humanos no mundo e no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(6), 3202–3215.
- dos Santos Paulo, F., Carrillo, A. T., & de Faria, E. M. D. S. (2025). Educação popular e o legado de Paulo Freire: Algumas das práticas emancipadoras no Brasil. *Revista Educação e Ciências Sociais*, 8(14), 3–20.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010a). *História da sexualidade: A vontade de saber* (Vol. 1). Edições Graal. (Obra original publicada em 1976).

- Freire, P. (1981). *Pedagogia do Oprimido* (17ª ed.). Paz e Terra.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2007). *Política e educação*. Villa das Letras.
- Furlan, V. (2017). Psicologia e a Política de Direitos: Percursos de uma Relação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 91–102.
- Gadotti, M. (2005). A questão da educação formal/não-formal. *Sion: Institut Internacional des Droits de l° Enfant*, 1-11.
- Gohn, M. da G. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio*, 14(50), 27–38.
- Gomes, N. L. (2012). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. Ação Educativa. <https://acaoeducativa.org.br>
- Guzzo, R. S. L. (2020). *A Escola Amordaçada e o Compromisso do Psicólogo com este Contexto*. Em A. M. Martínez (Org.), *Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas* (4ª ed., pp. 12–24). Editora Alínea.
- hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Martins Fontes.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (R. Santini, Trad.). n-1 edições.
- Munanga, K. (2004). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira.
- Organização das Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos do Homem (Resolução 217 A (III)).
- Paiva, I. L., & Yamamoto, O. H. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(2), 153–160.

- Patto, M. H. S. (2022). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Pereira, D. de F. F., & Pereira, E. T. (2012). Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. *Revista HISTEDBR On-Line*, 10(40), 72–89. <https://doi.org/10.20396/rho.v10i40.8639807>
- Rodrigues, C. (2013). Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 10, 1–12.
- Santos, M. R. dos. (2019). Resenha do livro *Necropolítica*. *Revista PerCursos*, 20(44), 304–309.
- Sawaia, B. B. (2003). *Fome de felicidade e liberdade*. In CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Org.), *Muitos lugares para aprender* (pp. 53–63). CENPEC / Fundação Itaú Social / UNICEF.
<https://www5.pucsp.br/nexin/livros/28-07/fome-de-felicidade-liberdade.pdf>
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Graal.
- Teixeira, D. L. P., & de Souza, M. C. A. (1985). Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. *Revista de Administração de Empresas*, 25, 65–72.
- Trivinos, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.
- Vasconcelos, V. O. D., & Oliveira, M. W. D. (2009). Educação Popular: uma história, um que-fazer. *Educação Unisinos*, 13(2), 135–146.
- Wanderley, M. B. (2001). Refletindo sobre a noção de exclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 16–26). Vozes.